

Idéia perigosa

A idéia de dar aos senadores autonomia na contratação de funcionários de gabinete inspira-se em boa fonte: o Congresso dos Estados Unidos. Lá, porém, ao contrário daqui, essa modalidade prática de gestão de pessoal não convive com quadros funcionais inchados e despreparados, frutos de nomeações espúrias por apadrinhamento.

Ao contrário, os parlamentares norte-americanos prestam contas ao Estado da verba pública que recebem e são rigorosamente fiscalizados quanto à sua aplicação. Mais: os contratados para esses serviços acompanham o mandato do titular, não havendo hipótese de perpetuarem-se posteriormente no cargo.

Lá, a idéia de gestão terceirizada dos gabinetes tem o objetivo de desonerar os cofres públicos, permitindo que o Legislativo mantenha reduzido corpo fixo de funcionários. Aqui, não: adota-se o expediente norte-americano e, simultaneamente, mantém-se gigantesco corpo de funcionários estáveis, cuja única tarefa é servir os parlamentares. Um paradoxo.

A Câmara dos Deputados já mantém as duas estruturas em funcionamento — a tradicional, que se traduz num alentado corpo de funcionários estáveis (cerca de cinco mil), e a norte-americana. Cada deputado federal dispõe de R\$ 10 mil por mês para prover a mão-de-obra de seu gabinete. Além de atendidos pelos funcionários estáveis da casa, os deputados dispõem dessa corporação suplementar, escolhida,

sem concurso, por eles próprios.

O Senado pleiteia a mesma regalia, mas acha R\$ 10 mil mensais pouco. Quer, nos termos de proposta do senador Júlio Campos (PFL-MT), verba mensal de R\$ 50 mil. Excessiva? Certamente, se examinada sob a perspectiva da realidade econômica nacional. Não, porém, se examinada dentro dos padrões econômicos a que se habituaram os nossos legislativos.

A Câmara Legislativa de Brasília, por exemplo, funciona nessa mão dupla, que mescla estrutura inchada de pessoal e gabinetes terceirizados, dentro do modelo norte-americano. Cada deputado distrital dispõe de verba mensal de R\$ 35 mil, para gerir seu gabinete — três vezes e meia o que recebe um deputado federal, que hierarquicamente lhe é superior.

A descoberta desse descompasso gerou, na Câmara dos Deputados, não um movimento corretivo, no sentido de reduzir a verba excessiva dos distritais, mas, ao contrário, movimento equiparativo. E é esse o eixo da distorção: a gestão descentralizada dos gabinetes, em vez de poupar o erário de despesas pesadas, transforma-se em instrumento de novas sangrias, gerando novas modalidades de empreguismo e descaramento. Felizmente, o presidente do Senado, José Sarney, parece disposto a barrar a iniciativa.